

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-**
2 **SC-AS)**. Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às treze horas e trinta
3 minutos, na Sede da AMREC – Av. Santos Dumont, nº 855 – Milanese - Criciúma - SC,
4 CEP: 88803-200, realizou-se a Primeira Reunião Plenária Ordinária da Comissão
5 Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-AS-SC) do ano de 2020, a secretária
6 executiva da CIB, Maíra Ribeiro Melo, chamou a composição da mesa, com os
7 membros: representantes da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social
8 (SDS/SC): Maria Elisa da Silveira de Caro (titular e Coordenadora da CIB/SC); Luciane
9 Natalícia dos Passos (titular e Diretora de Assistência Social), Esmael Ros da Luz
10 (titular e Gerente de Planejamento); Jadna Mendes (suplente e Gerente de Gestão do
11 Trabalho no SUAS) e representantes do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de
12 Assistência Social (COEGEMAS/SC), Magno Rafael de Borba Muñoz (titular e
13 Presidente do COEGEMAS), Luan Maciel (suplente e Secretário Municipal de
14 Assistência Social do município de Nova Itaberaba), Wilson Alexandre Mello (suplente
15 e Secretário Municipal de Assistência Social do município de Santo Amaro da
16 Imperatriz), Santiago Martin Navia (titular e Secretário Municipal de Assistência Social
17 do município de Gaspar). Estavam presentes também, gestores e técnicos municipais,
18 representantes da câmara técnica, associações de municípios, Conselhos, bem como o
19 Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) representado por sua Conselheira
20 Neuci Terezinha Gonçalves. A palavra passou ao Sr. Paulo César Bitencourt,
21 Secretário Municipal de Assistência Social de Criciúma, que agradeceu a todos (as) e
22 cumprimentou as autoridades da mesa. Desejou uma excelente tarde à todos, uma
23 tarde produtiva de discussão para que se tenha avanços na Política da Assistência
24 Social. Informou que na reunião do período matutino, ficou claro que a Política de
25 Assistência Social precisa avançar muito e deseja que no período da tarde se possa
26 avançar e sair com boas deliberações. A coordenadora da CIB Maria Elisa de Caro
27 (Secretária Estadual do Desenvolvimento Social - SDS) deu início a reunião, desejando
28 boas vindas a todos, expressou sua felicidade por estar na região sul, que sempre se
29 preocupou pois a região tem pouca participação nas reuniões da CIB, fica feliz por ser
30 a primeira reunião na região, para que a mesma tenha oportunidade de participar.
31 Desejou que este ano que se inicia, nesta primeira CIB, seja um ano produtivo como o
32 anterior em que se discutiu, divergiu e dialogou a respeito da política pública de
33 Assistência Social, mas sempre com respeito mútuo, que seja um ano de muito diálogo,
34 interação e de apoio mutuo, como o ano de 2019. Convidou a todos à construir um
35 excelente ano de produção, interação e respeito. A palavra passou para Magno Rafael
36 de Borba Muñoz, Presidente do COEGEMAS, agradeceu a presença de todos,
37 informou que houve reunião do Coegemas no período matutino, e foi muito produtiva.
38 Agradeceu a todos por estarem também no período vespertino. Cumprimentou a
39 Secretária Estadual de Assistência Social, Maria Elisa de Caro e demais
40 representantes do Governo do Estado, os Secretários Municipais de Assistência Social,
41 sempre presentes nas reuniões e a todos os que estavam presentes. Frisou a

42 importância da participação dos Gestores também no período matutino, porque o
43 momento de maior discussão e de troca de informações. E à tarde ocorre o repasse,
44 transmissão das informações e discussões ao Estado. Informou que está se afastando
45 da Presidência do Coegemas, que isso foi conversado no princípio da manhã e que se
46 dará de forma tranqüila, informou que no ano de 2019, houve a participação de cento e
47 sessenta e oito (168) municípios, esse número é importante, no entanto salienta que
48 todos os municípios do Estado deveriam participar. Porém entende que já é uma
49 grande participação, finalizou agradecendo a todos. Passou a palavra para Luciane dos
50 Passos (Diretora da Assistência Social da SDS) que iniciou a leitura do Edital de
51 Convocação da 1ª CIB AS SC. Sr. Magno solicitou à inclusão na pauta, o tema
52 Imigrantes, juntamente com a população indígena, que foi aprovada. Salientou a
53 importância de discutir e conversar a respeito dos informes e solicitou a todos que
54 permaneçam na reunião até todos os informes serem passados, face ser muito rico ter
55 as informações para repassar ao município. Solicitou que seja discutido também o tema
56 Cofinanciamento que está nos informes. Luciane passou para o tema correspondências
57 recebidas e expedidas confirmando o fluxo em que a SDS encaminha para Coegemas
58 e Coegemas repassa para os municípios, por meio das Associações de municípios. As
59 associações encaminham para os municípios que a compõe. Em seguida fez a
60 apreciação e aprovação da pauta com os seguintes pontos: **1º. Verificação da
61 presença e da existência de quórum**, confirmado; **2º. Apresentação, apreciação e
62 aprovação da pauta**, foi informado que a pauta havia sido encaminhada a todos os
63 interessados anteriormente, aberta para aprovação da Pauta, a mesma foi aprovada
64 pelo COEGEMAS; **3º. Apreciação e aprovação da ata da reunião plenária anterior**
65 com o conteúdo de acordo; **4º. Matéria de discussão: - Atendimento à População
66 Indígena**: Sr. Magno iniciou trazendo a discussão dos municípios em relação à
67 população Indígena e também aos Imigrantes. Relatou que esta é uma pauta
68 recorrente do ano passado, que já vem se falando muito em como lidar com os
69 indígenas e a vasta população de imigrantes que tem chegado ao país. Solicita ao
70 Estado um fluxo claro com respeito especialmente aos imigrantes. Citou que aparecem
71 casos de difícil solução como passaporte, passagens, desentendimentos entre eles
72 mesmos, problemas de saúde mental, demandas familiares, afirma que a dificuldade
73 está em algumas demandas em que não se sabe quem possui a competência para
74 resolver, quem se deve procurar, ou a quem recorrer, sendo necessário que o Estado
75 tenha um posicionamento claro quanto à essas demandas. Quanto à questão da
76 população indígena, a demanda é outra, os municípios que têm atendimento à
77 população Indígena possuem situações diversas que acontecem e a dúvida é como
78 trabalhar no PAIF (Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família) e PAEFI (Serviço
79 de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) com esta população
80 e com estas famílias. Também há a questão do trabalho infantil, exploração do
81 indígena por terceiros, cultura indígena, e como deve ocorrer o trabalho da política de
82 Assistência Social dentro da cultura indígena. Desta forma os municípios precisam e

83 solicitam um apoio na forma de executar a Política, com apoio técnico e conhecimento,
84 para poder elaborar de forma mais eficaz o atendimento aos indígenas, pois se percebe
85 que os municípios, como os da região Oeste de SC, que tem uma grande quantidade
86 de indígenas, muitas vezes não sabem como atuar nas situações de atendimento. As
87 equipes muitas vezes não sabem como agir e não têm as ferramentas necessárias
88 para atuar com essa parcela da população. O Sr. Santiago (Secretário Municipal de
89 Assistência Social do município de Gaspar) citou exemplo do seu município em que um
90 imigrante do Haiti, ficava agressivo, jogava pedras, gritava, tinha problemas com o
91 idioma e que por fim foi chamada a polícia, pois não se sabia o que fazer. Questionou
92 quem tem obrigação de ter passagens para estas pessoas retornarem aos seus países
93 de origem? Quem tem obrigação de verificar a documentação dessas pessoas?
94 Informou também, que com a chegada do verão os municípios do litoral recebem
95 muitos indígenas, muitos chegam com demandas após o horário de atendimento dos
96 serviços, precisam muitas vezes de hospedagem. A Secretária M^a Elisa informou que
97 no FONSEAS (Fórum Nacional de Secretários/as de Estado da Assistência Social e
98 Estado da Assistência Social) houve a discussão a respeito dos imigrantes, mas que
99 não foi matéria pauta na CIT (Comissão Intergestores Tripartite), isso significa que mais
100 uma vez todos ficaram sem respostas. Disse que o que ocorre em Santa Catarina, está
101 ocorrendo em todos os Estados do Brasil. Que não existe uma política de Imigração no
102 país. Citou exemplo de Roraima, que recebe muitos imigrantes por dia, que vêm
103 crianças, idosos, em sua maioria sem ter para onde ir, que as Instituições de
104 acolhimento estão cheias de crianças imigrantes, que as instituições na Venezuela,
105 estão abrindo as portas e simplesmente transferindo as crianças para o Brasil, sem
106 documentos. Há muitos relatos de casos de exploração sexual de crianças, tráfico de
107 órgãos de crianças, meninas alugando as barrigas para venda de bebês, que a
108 situação em Roraima está saindo do controle. Que a Secretária Estadual de
109 Assistência Social de Roraima informou que estava chegando um avião com imigrantes
110 para Florianópolis e para Chapecó e que nenhuma autoridade do Estado foi informada
111 da situação. Afirma que todos os Estados estão sendo surpreendidos com essa
112 população. Informa que quando foi sugerido o tema como pauta na CIT, não se
113 conseguiu avançar, pois foi uma reunião muito tensa, em relação à outros assuntos e
114 que não se obteve respostas em relação a tais temas. Em Santa Catarina ano passado
115 a SDS esteve nos municípios orientando como deveria ser essa política em SC,
116 mostrando o que é de competência da política de Assistência Social, o que é de
117 competência da Defensoria Pública da União, o que é de competência da Polícia
118 Federal, os locais que mais foram atendidos foram os municípios da Região Oeste, pois
119 tinham situações bem urgentes. Este ano de 2020, informa que a SDS pretende voltar
120 aos municípios com uma discussão ampliada. Solicitou que os municípios devem ligar
121 para a Gerencia de Igualdade Racial e Imigrantes da Diretoria de Direitos Humanos
122 (DIDH), falar com a Gerente Regina, em casos de dúvidas. Informou que Florianópolis
123 a parceria entre os Órgãos competentes e a SDS têm ocorrido de forma bem tranquila,

124 especialmente com a Defensoria Pública da União, que entendeu o papel de cada
125 órgão competente, são eles que encaminham e solicitam os documentos para a Polícia
126 Federal. Informa que foram realizadas reuniões com a Defensoria Pública da União e
127 Polícia Federal, desta forma, a parceria está funcionando corretamente e se retornará
128 às regiões para fazer o alinhamento, verificar demandas e construir juntos os
129 processos, pois é uma Política que ainda não está construída, e que o importante agora
130 é ter esse diálogo com todos os atores que fazem parte dessa rede. Luciane afirmou
131 que será elaborada uma capacitação com a Gerencia de Gestão de trabalho no SUAS
132 da DIAS (Diretoria de Assistência Social) junto com a Diretoria de Direitos Humanos,
133 para todas as regiões relacionada com a questão da população indígena e imigrantes.
134 Para esta capacitação será convidado o Ministério da Cidadania (MC) que já realizou
135 capacitações na região Norte do país. Luciane afirma ainda, que esse plano de apoio
136 técnico aos municípios é uma obrigação do Estado e será debatido em CIB, os temas e
137 a informação das capacitações que ocorrerão ao longo do ano e para quais municípios.
138 Informa que a Gestão sabe que esse apoio aos municípios é imprescindível e sabe
139 também que quem recebe as demandas são os municípios que estão na ponta e que é
140 muito angustiante não saber e não ter como resolver as demandas que aparecem,
141 portanto o Estado tem obrigação de se organizar para prestar esse apoio técnico.
142 Jadna (Gerente de Gestão do Trabalho no SUAS reitera o que foi dito por Luciane, que
143 já está organizando o cronograma com as datas para as capacitações. Houve a
144 manifestação da Sra. Maria Santana (SMAS de Jaraguá do Sul) que relata que o
145 município está com muitos indígenas com todos os tipos de demandas. Que têm
146 dificuldades, especialmente quando há crianças no semáforo vendendo juntamente
147 com suas mães, que os indígenas dormem na rua, nas rodoviárias, mas que a dúvida é
148 em respeito a violação dos direitos das crianças. Sr. Paulo Cesar (SMAS de Criciúma)
149 citou o caso do município de Criciúma em que o Ministério Público da União (MPU)
150 determinou que o município contratasse um servidor poliglota para atender aos
151 imigrantes na casa de passagem do município, pois os imigrantes tinham muitas
152 queixas em relação à dificuldade com o idioma. Informou que foi uma determinação
153 imposta pelo MPU e com multa pelo descumprimento. Hoje o município atende apenas
154 um imigrante, mas é obrigado a manter o servidor. Sra. Ulda (SMAS de Chapecó)
155 também relatou que no município de Chapecó estão criando um espaço para os
156 indígenas, pois o município possui mais de 1.500 (hum mil e quinhentas pessoas nas
157 aldeias), e que foi contratado um antropólogo para implementar o Projeto, afirma que
158 foram realizadas reuniões em que se trabalhou questões como a criança indígena, em
159 que mesmo sendo indígena a criança em situação de mendicância e venda de artefatos
160 indígenas é crime. Assim, juntamente com a Promotoria e Juizado da comarca, ficou
161 decidido que não pode ter crianças nesta situação. Afirma que somente o município
162 arca e fica responsável pelas ações e obrigações de solucionar as demandas, sendo o
163 único a ser responsabilizado. Outra questão, são os imigrantes, que Chapecó está
164 perdendo o controle, pois estão recebendo 60 (sessenta) imigrantes venezuelanos por

165 dia. Cita que a empresa frigorífica do município contrata uma parcela dessa população,
166 porém mesmo aqueles que vem contratados, trazem pelo menos, vinte membros da
167 família a mais, sem contrato. Portanto, são mais ou menos 20 membros da mesma
168 família e apenas um com contrato de trabalho. Salaria que essa demanda não é
169 absorvida por empresa nenhuma e acabam ficando na casa de passagem do município
170 que inicialmente era para a população de rua que residia no município. Afirma que a
171 situação está muito complicada, o município não tem como receber tanta gente. Solicita
172 a co-participação do Estado e da União para a solução desta realidade. Sra. Claudia
173 (SMAS de Rio das Antas) informa que o Ministério Público nos municípios pequenos
174 tem o entendimento que estas demandas são de responsabilidade dos municípios,
175 existe muita dificuldade de diálogo com os órgãos como Ministério Público, Polícia
176 Federal, que determinam o “cumpra-se” para o município, sem se preocupar em como
177 o município irá cumprir as determinações. Informa que há outra dificuldade, pois está
178 deixando de atender os cidadãos natos do município para atender os imigrantes que
179 chegam, que essa realidade é bastante complicada. Reitera a fala da Sra. Ulda em que
180 é necessário o posicionamento do Governo Estadual e Federal para que os municípios
181 tenham o respaldo das demais esferas de governo, pois entende que não pode mais
182 continuar a receber essas pessoas, se não há condições para recebê-las.

183 A Secretária M^a Elisa informa que a SDS está orientando as pessoas e municípios, e
184 que está em contínuo contato com a Polícia Federal para que eles compreendam a
185 demanda que é deles. Esse movimento está sendo realizado, porém as respostas não
186 são rápidas, elas demoram, pois é um processo em construção, compreende a pressão
187 nos municípios e que estas pessoas demandam serviços. Cita que na CIT a situação é
188 a mesma, não se tem respostas e tampouco orientações. No Estado de Santa Catarina
189 a orientação é que cada órgão compreenda qual a sua competência nesse processo.
190 Salaria que durante todo esse ano (2020), irá se discutir o tema, serão realizadas
191 capacitações presenciais, web conferências, sabe que é um tema necessário de ser
192 debatido de forma urgente, diz que os Estados estão sendo surpreendidos tanto quanto
193 os municípios com essa demanda. Informa ainda, que em relação aos indígenas há
194 uma Cartilha de Atendimento às famílias indígenas: “Trabalho social com famílias
195 indígenas na Proteção Social básica” da Secretaria Nacional de Assistência Social.
196 Daniela do município de Caçador informa que o seu município está com as mesmas
197 dificuldades de Chapecó, que estão criando um abrigo para os indígenas, que o
198 Ministério Público da comarca compreende que é obrigação do município a demanda
199 indígena e que a Cultura Indígena tem preferência, assim não há como o município
200 interferir no dia-a-dia dos indígenas, que geralmente vêm dos Estados do Paraná e Rio
201 Grande do Sul. Informa que a FUNAI no município afirma que as leis, costumes e
202 cultura indígenas estão acima de todas as outras leis e que isso é bastante complicado.
203 Sr. Tiago Secretário da Assistência Social do município de Capinzal, informa que em
204 seu município essas demandas são trazidas para um grupo de trabalho
205 interinstitucional “ Grupo de Trabalho do Sistema de Justiça”, em que há a participação

206 do Ministério Público e Juízes, para a resolução em conjunto, que o diálogo intersetorial
207 tem sido muito proveitoso no município. Sr. Willian de Jaraguá do Sul, sugere e solicita
208 a articulação entre os Estados da Região Sul, para que estas populações não saiam da
209 sua origem para vir para o litoral. Diz ser importante entender o que está acontecendo
210 lá na origem e o porque estão vindo para o litoral. A Secretária M^a Elisa finaliza,
211 lembrando que na época do Secretário de Estado Geraldo Althoff (2016) houve uma
212 tentativa de encontro entre os municípios do litoral junto com os Estados vizinhos, na
213 época não se conseguiu avançar com o movimento, e se prontificou a retomar essa
214 ideia. Primeiramente agendando uma reunião entre os municípios para alinhar as
215 demandas do Estado e posteriormente chamar os outros Estados para o debate.
216 Informou que a SDS tentará articular com os municípios essa reunião para depois
217 tentar marcar com os Secretários dos Estados da Região Sul. E ainda, quando houver
218 reunião de FONSEAS e CIT irá articular com estes Secretários. Lembrou também, que a
219 SDS já realizou reuniões com o Ministério Público Federal, que foi criada uma Câmara
220 Técnica para discussão da vinda de indígenas para o litoral, foi um ano e meio de
221 discussões e não se avançou, pois a FUNAI que é o ator principal nessa demanda, se
222 omite e não costuma participar. Sra. Neilissima, de Itapuaçu informa que no município
223 atualmente vivem 4.376 (quatro mil, trezentos e setenta e seis) indígenas. Entende que
224 para compreender a população indígena, deve-se lembrar da história, que são
225 nômades por cultura, são excluídos do processo de desenvolvimento das cidades.
226 Sugere que o PAIF (Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família) e o SCFV
227 (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo) trabalhem com essas
228 comunidades. Para que essa população não saia das aldeias é necessário pensar
229 políticas de trabalho e renda, pois têm necessidades de sobrevivência e lembrar
230 sempre que é da cultura deles: onde eles forem levarem seus filhos juntos. A Secretária
231 M^a Elisa citou a inauguração do espaço da alfândega no Centro de Florianópolis, e
232 informou que no local, haverá um espaço para a exposição e venda dos trabalhos dos
233 indígenas da região. Entende que não resolverá o problema, mas são idéias a serem
234 seguidas e ressalta a necessidade de se pensar alternativas para condição de vida
235 dessa população. Fabiane de Ibirama, diz que no município reside apenas uma família
236 indígena, mas lembra de um trabalho realizado pela FURB (Universidade Regional de
237 Blumenau), em que a coordenação do Curso de Serviço Social desenvolveu um
238 trabalho com os municípios de Ibirama, Ipuáçu, José Boiatex, Victor Meirelles e
239 Presidente Getúlio, para resgatar a história dos indígenas da região, para compreender
240 a realidade sem deixar de se pensar nos direitos dessa população. Informa que os
241 grupos de indígenas param nos municípios solicitando passagem, pois em municípios
242 de pequeno porte, não há casa de passagem ou centro pop. Lembra ainda, que cada
243 tribo indígena tem suas características próprias. Informou que Ibirama não recebe
244 imigrantes, mas que Presidente Getúlio sim, por ter frigoríficos e que os haitianos
245 criaram um conselho para os imigrantes. Em Ibirama costumam receber a população
246 de Estados vizinhos como Minas Gerais e da Região Nordeste. Luciane reforçou o

247 encaminhamento a respeito das capacitações, dos levantamentos das demandas, dos
248 contatos com as regiões para que os atores envolvidos participem das capacitações,
249 tanto em relação aos indígenas, como imigrantes. A DIAS entrará em contato com o
250 Ministério da Cidadania para apoio técnico junto com o Estado. Assim, deu
251 continuidade passando para os **Tópicos dos Informes: - Nova diretoria da DIAS:**
252 Luciane N. Passos, que agradeceu a oportunidade. A Secretaria M^a Elisa afirmou que
253 em sua gestão está priorizando os técnicos, os servidores da SDS, então Luciane foi
254 nomeada oficialmente para o cargo de Diretora da DIAS. Informou que Luciane é
255 servidora efetiva da SDS, técnica de carreira do SUAS. Luciane afirma que é um
256 grande desafio, que sempre trabalhou na Política de Assistência Social, que pretende
257 cumprir o papel do Estado, que é sempre apoiar os municípios, colocou a DIAS à
258 disposição dos municípios. Agradeceu o apoio de todos e que é uma experiência muito
259 rica para fortalecer o conhecimento. – **Encontro de Psicólogos CRP:** Luciane trouxe o
260 informe do CRP (Conselho Regional de Psicólogos) que fará cursos e capacitações a
261 respeito do papel do psicólogo no SUAS. - **Entrega de novos CRAS e**
262 **CREAS/veículos processo SEA:** Passou a palavra para Esmael que relatou as
263 inaugurações dos CRAS e CREAS e carros doados pela SDS aos municípios. Em
264 relação às obras dos CRAS e CREAS citou que algumas obras estavam irregulares e
265 por este motivo estavam paradas e que uma a uma foram resolvidas e assim foi
266 possível a continuidade destas. – **Pauta da CIT:** A Secretaria M^a Elisa informou a
267 respeito da reunião da CIT que ocorreu dia 12/02/2020, que foi muito tensa, que houve
268 a tentativa de inclusão de alguns temas na pauta, como a questão dos imigrantes, mas
269 que não foi possível, e ainda aconteceu no final da tarde de reunião a exoneração do
270 Ministro da Cidadania, então foi um dia muito tenso. Mas houve um ponto positivo que
271 gostaria de ressaltar, que foi a união do FONSEAS e Congemas rejeitando a Portaria
272 2362/2019 que diz respeito aos passivos de 2017/2018, sendo que ficou subentendido
273 que não há reconhecimento da dívida do recurso que está faltando ser repassado,
274 sendo que FONSEAS e Congemas não aceitaram a decisão e a esfera federal se
275 comprometeu a trazer uma resposta real a respeito dos municípios que ainda não
276 receberam o passivo de 2017/2018, sendo que ficou claro que não será aceito o não
277 reconhecimento da dívida. Outro tema bastante tenso também, foi a recomposição do
278 orçamento que o ideal seria ter R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para
279 pactuação, eles informaram que já possuem resguardados R\$ 1.000.000.000,00 (um
280 bilhão) e possivelmente mais R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e esse
281 será o valor que será pactuado, mas deixaram claro que os trezentos milhões ainda
282 não são líquido e certo. Ainda está em discussão que não será possível trabalhar com
283 esse orçamento, face demandas como imigrantes, acolhimentos, entre outras. Ficou
284 claro que não haverá recursos para o Programa PETI, nem para o IGDSUAS,
285 informaram que este ano não haverá recomposição. Assim, hoje essa é a realidade, se
286 ao longo do ano se conseguirá uma pactuação melhor, esses valores poderão ser
287 revistos. Afirma que se sente muito triste de ser a portadora dessa notícia. Sra. M^a

288 Eunice do município de Blumenau, informou que entrou em contato com o Ministério,
289 para saber os valores do cofinanciamento, pois o município precisa fazer as previsões
290 orçamentárias para este ano, e que o MC informou que seria discutido em CIT, porém
291 se não houve resposta, os municípios estão sem ter como se planejarem. A Secretária
292 M^a Elisa afirma que não ficou nada decidido e que não há resposta em relação ao
293 cofinanciamento da União. Informou que outro ponto positivo da CIT é em relação ao
294 cadastro do BPC (Benefício da Prestação Continuada) a exigência de que todos
295 estivessem cadastrados no CADÚnico e o Brasil já conseguiu cadastrar 91% dos
296 municípios. M^a Eunice questionou também, se foi falado a respeito do pacto de
297 aprimoramento, para revisão das metas, se em algum momento isso foi discutido.
298 Luciane respondeu que sempre é falado a respeito desses temas, que estas pautas
299 sempre são abordadas e o Ministério não tem um retorno claro, uma dessas pautas é o
300 pacto de aprimoramento, que já se encerrou em 2017 para os municípios e para o
301 Estado em 2019. Não há retorno em relação ao plano de apoio e nem do pacto de
302 aprimoramento. Informou que na câmara técnica ficou a solicitação de manifestação,
303 inclusive a solicitação de reunião com a Secretaria Nacional de Assistência Social e
304 Câmara técnica para obter o retorno dessas pautas. Foram citados alguns pontos para
305 serem abordados nessa reunião: Pacto de Aprimoramento, Imigrantes, Orçamento,
306 trabalho infantil. A Câmara técnica está articulando uma reunião extraordinária com a
307 própria Secretaria Nacional de Assistência Social. Assim que houver alguma
308 informação a DIAS repassará aos municípios. A Secretária M^a Elisa trouxe a ultima
309 pauta da CIT, que foi a PEC 187/2019 que é um projeto de lei que pretende extinguir
310 vários Fundos, dentre esses o Fundo de Assistência Social, que é uma preocupação
311 muito grande, mas falou-se que não será aprovada, pois tenta extinguir muitos Fundos
312 de grande importância. O Sr. Luan (Secretário Municipal de Nova Itaberaba) citou que
313 no período matutino foi debatido a respeito do Programa Criança Feliz e questionou
314 qual será o posicionamento dos Gestores, pois se não haverá recursos para cumprir o
315 que está na lei do SUAS, porque estão criando mais programas como o Criança Feliz,
316 Brasil Amigo da Pessoa Idosa? A destinação de recursos para programas paralelos,
317 sendo que não se está conseguindo manter o que está previsto em lei para a Política
318 de Assistência Social? Secretária M^a Elisa respondeu que para o Programa Criança
319 Feliz há recurso disponível, lembra porém, que haverá troca de Ministro e que quem
320 defendia o referido Programa era o Ministro Osmar Terra, então não se sabe o que irá
321 acontecer. Sr. Luan se preocupa pois sabe que se não houver recursos para o
322 IGDSuas, a participação dos trabalhadores e Gestores do SUAS em reuniões irá
323 diminuir, e isso será um retrocesso na política de Assistência Social, pois não haverá
324 como cobrar a participação e dificultará que as demandas dos municípios sejam
325 ouvidas. Solicita a Secretária M^a Elisa que lute e coloque em pauta esses temas em
326 CIT e outras reuniões, pois essa é uma forma de retirar dos trabalhadores e Gestores
327 do SUAS a oportunidade de participação na Política e de trazer as demandas para que
328 o Estado leve até a Esfera Federal. A Secretária M^a Elisa explica que sempre esteve

329 preocupada em ser a porta voz do que é deliberado em CIB para CIT em Brasília,
330 como para Câmara Técnica e Fonseas. Em relação ao Programa Criança Feliz
331 esclarece que embora o Conselho Estadual de Assistência Social, bem como a SDS,
332 tenham sido contrários à pactuação do Programa, o que se discute são antigas
333 questões como: Se já existe pouco recurso na Política de Assistência Social, porque
334 este recurso não é destinado às equipes que já tem essa atribuição, para que criar um
335 novo programa, e ainda, como se permite que pessoas sem a qualificação necessária
336 para trabalhar em uma área bastante específica, inclusive com a realização de visitas
337 domiciliares, o que é, querendo ou não, uma intromissão na residência das pessoas.
338 Informa que conversou pessoalmente com a Secretária Nacional de Desenvolvimento
339 Humano, explicando que a questão não é ser contra, mas que o formato e proposta do
340 Programa é que não são apropriados. E que então, pelo menos se estabeleça que
341 sejam estagiários de Serviço Social ou Pedagogia que atuem na execução do
342 Programa, para que ficasse o menos invasivo na vida dos usuários. Afirma saber que
343 muitos municípios estão trabalhando com essas pessoas mais capacitadas e que
344 realizando trabalhos excelentes. Então a posição é que foi solicitada a revisão de
345 alguns pontos do Programa, e o Ministério da Cidadania informou desde o início do ano
346 que estariam revisando esses pontos, porém nunca se teve uma resposta concreta
347 desta revisão. Também não sabe informar se estas foram solicitações somente do
348 Governo de Santa Catarina ou se outros Estados também fizeram questionamentos
349 semelhantes. Sabe que a maioria dos Estados, junto com a maioria dos Municípios
350 aderiu ao Programa. Sr. Magno informa que na reunião do período matutino, foi levado
351 o assunto à Câmara Técnica do Coegemas que realizou um estudo aprofundado do
352 Programa Criança Feliz, com todas as normativas e documentos, realizaram uma
353 avaliação de tudo que está escrito a respeito do Programa. A Secretária M^a Elisa
354 solicitou uma cópia desse estudo.

355 Sr. Magno explicou que a crítica em relação ao CEAS está no fato de não ser avaliado
356 novamente o Programa, afirma que o CEAS baseou sua negativa no que havia em
357 2015/2016, sem atualizar a sua posição. Outro ponto é que o Programa é
358 independente, se o município entende que tem condições em aderir o Programa, ele
359 pode aderir. Mas acha ainda, que mesmo que apenas um município do Estado tivesse
360 aderido ao Programa, entende que o Estado deveria ter aderido também, para que o
361 Estado pudesse dar o suporte necessário aos municípios. Hoje o Estado de SC já
362 possui dez (10) municípios executando o Programa. Informa que há vinte e cinco
363 Estados que aderiram ao Programa e Minas Gerais está em processo de adesão. Para
364 contribuir gostaria de solicitar que o CEAS e a SDS tomassem conhecimentos desses
365 dados e que se posicionassem novamente. Afirma que o Coegemas (enquanto
366 Colegiado) não é a favor, nem contra ao Programa, as informações estão disponíveis
367 aos municípios, e são eles que decidem se aderem. Entende que são duas frentes de
368 trabalho, que não adianta ser contra o programa. É necessário fortalecer o SUAS para
369 manter os serviços e preservar o que tem. E em paralelo aprimorar o Programa Criança

370 Feliz, que a princípio foi criado para ser tipificado na Política de Assistência, porém
371 tipificando viraria um serviço e ficaria no mesmo bloco de serviços e
372 conseqüentemente, não viria recursos. Assim, o grupo de trabalho de Brasília desistiu
373 de tipificar o Programa, para que não virasse serviço, eles estão trabalhando nas
374 melhorias do mesmo. A Secretária M^a Elisa complementa que não questiona a
375 autonomia dos municípios em aderir ao Programa. Mas que a SDS precisa respeitar o
376 posicionamento do CEAS, este precisa ser respeitado. Assim, solicita a representante
377 do CEAS que seja realizado uma revisão, pois lá na época da implantação o
378 posicionamento era contrário, agora precisa ser realizado um novo estudo para verificar
379 a situação atual. E irá continuar aguardando também as revisões e adaptações
380 prometidas por Brasília. Luciane como Presidente do CEAS, informa que a Portaria
381 1742/2019, abriu nova adesão ao Programa Criança Feliz, e que o CEAS se
382 manifestou reiterando a posição da Resolução de 2016, porque ainda não existe um
383 estudo em nível nacional das melhorias em relação ao programa, e assim enquanto
384 não há respostas, também não há como o CEAS modificar sua posição. Sempre
385 respeitando a autonomia e execução do Programa pelos municípios. - **Pactuação**
386 **Estadual do Cofinanciamento:** A Secretária M^a Elisa afirma que em relação ao
387 cofinanciamento é o mesmo que o exposto ano passado, que são os R\$ 17.000.000,00
388 (dezessete milhões de reais). E informa que é isso que tem garantido. Esse valor será
389 depositado ao longo do ano. Disse que na reunião de alinhamento da CIB, o Coegemas
390 questionou se os valores poderiam ser pactuados ao longo do ano, e informa que foi
391 estudar com a equipe financeira e viu que poderia ser dividido em parcelas. Hoje em
392 conta bancária da SDS já há o valor de R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais) que
393 já podem começar a ser cofinanciados. Informa ainda, que terá novas reuniões com o
394 Governador e Secretário da Fazenda para verificar se o montante dos recursos será
395 este ou aumentará. Ressalta que ainda não tem como afirmar se o valor para o
396 cofinanciamento será maior e que precisa esperar a próxima reunião para ter alguma
397 posição. Sr. Magno manifestou que a princípio se tinha R\$ 17.000.000,00 (dezessete
398 milhões de reais) para o cofinanciamento e que hoje, depois das ementas parlamentares
399 há R\$ 59.000.000,00 (cinquenta e nove milhões de reais). Afirma que é necessário
400 trabalhar em cima desse valor. Secretária M^a Elisa afirma que não é esse valor que se
401 tem no orçamento. Magno retoma que na reunião de alinhamento foi discutida a
402 possibilidade de fazer a pactuação do cofinanciamento em duas parcelas. A primeira
403 com parte do recurso que já estivesse disponível pelo Governo, pensando em março de
404 2020 e a segunda a partir dos próximos meses, porque sabe que o plano de trabalho
405 demora para ser construído e aprovado, e que os municípios acabariam recebendo
406 somente por volta da metade do ano. Afirma que ficou deliberado pelos Gestores, na
407 reunião do Coegemas (período da manhã), que o Estado deveria trazer uma agenda de
408 pagamentos e um valor mínimo para pactuação para a reunião de março. Informou
409 que hoje R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) não resolverá a situação. E a
410 intenção é organizar para que o recurso chegue aos municípios de forma rápida.

411 Ressalta que os municípios estão trabalhando e irão trabalhar até o fim do ano, com a
412 expectativa de R\$ 59.000.000,00 (Cinquenta e nove milhões). Isso porque houve muita
413 luta, houve transferência de recursos dentro do orçamento do governo estadual para
414 pasta da Assistência Social, então os municípios entendem que é necessário trabalhar
415 com esse valor para pactuação. E que não há como pensar em pactuar somente R\$
416 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais). Diz que já foram tirados dos beneficiários
417 R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) com o cancelamento do Santa Renda, e
418 ainda com mais uma redução de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) os Gestores
419 municipais não concordam com essa realidade. Sr. Wilson informa que ouviu durante o
420 ano de 2019, que o valor do cofinanciamento daquele ano, não seria possível aumentar
421 porque estava no orçamento da Gestão anterior, e foi prometido que a partir de 2020,
422 com a nova gestão, seria sim valorizado o trabalho dos municípios e o aporte seria num
423 valor significativo, porém constataram no final do ano com uma redução do valor a ser
424 cofinanciado para 2020. Isso, mesmo tendo sido uma luta dos municípios com o apoio
425 da ALESC, para conseguir mostrar que haviam recursos no orçamento que poderiam
426 ser transferidos para a Política de Assistência Social e foram aprovados por lei. Da
427 mesma forma, foi passado aos municípios que após encaminhado orçamento para
428 ALESC, o Governador poderia sugerir uma alteração de até 20% ou 30% nos valores
429 dos recursos a serem destinados para a Assistência Social. Salientou novamente, que
430 foi mostrado onde haviam recursos que sobraram no ano passado e que para a
431 Assistência Social dos municípios faltou e faltou muito e mesmo assim os municípios
432 não foram atendidos. Volta a ressaltar a promessa do Governador do Estado em
433 melhorar o orçamento da Assistência Social independente de qual seja o valor.
434 Questiona o posicionamento do Governador, que não mandou para a ALESC um
435 orçamento com valores dignos para a Política de Assistência Social. Será que ele fará
436 valer o que prometeu? Que era dar esse apoio, tão merecido à Política de Assistência
437 Social? Pelo menos chegar à um valor aceitável? Sr. Esmael trouxe planilha explicativa
438 informando os recursos que estarão disponíveis para pactuação. E demonstrou que o
439 valor citado como proposta da ALESC, na verdade foi somente um adiantamento dos
440 valores de anos futuros para o ano de 2020. E caso isso ocorra os próximos anos
441 ficarão bastante comprometidos em termos de orçamento. Informou que não há nada
442 hoje de suplemento como foi divulgado. A Secretária M^a Elisa informou que esta
443 planilha demonstra o orçamento que foi aprovado pela ALESC, este é o orçamento
444 oficial que está previsto e o que está sendo mostrado é que até 2022 a Política de
445 Assistência Social terá menos R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) que
446 foram realocando e tirando do recurso que haveria disponível para os próximos anos
447 até 2022. Sr. Luan questiona esta informação que não condiz com o que foi mostrado
448 na ALESC, informa que o recurso das ementas foram retirados do Gabinete do
449 Governador e se este recurso não chegou na Política de Assistência Social é porque foi
450 vetado. Sr. Esmael informa que estes dados são do SIGEF (Sistema Integrado de
451 Planejamento e Gestão fiscal) e esse é o orçamento que está no sistema hoje. Explica

452 que são estes valores que estão no orçamento e que não há nada a mais. Sr. Santiago
453 questiona os números pois afirma que as ementas da ALESC foram uma vitória da luta
454 dos gestores municipais de Assistência Social por mais recursos. Sr. Magno solicita ao
455 Estado que organize para a CIB de março, o que realmente está acontecendo
456 claramente, pois os dados não estão batendo de forma correta, junto ao Plano
457 Plurianual (PPA) e LOA (Lei Orçamentária Anual). Solicita trazer dados claros e o
458 cronograma possível para pagamento da pactuação. Sra. M^a Eunice de Blumenau fez a
459 proposta e solicita a chamada da câmara técnica da CIB para subsidiar, alinhar,
460 organizar as propostas de pactuação do coficiamento. Sra. Lidiane de Chapecó
461 também deixou a sugestão para que cada município possa alocar o recurso dentro da
462 Proteção Social mais apropriada para cada município, face às demandas de cada um
463 em particular. A Secretária M^a Elisa esclareceu que esta questão é muito discutida e
464 que é uma decisão dos municípios, que não é o Estado quem decide e que isso é
465 decidido pelo Coegemas. Foi falado inclusive na reunião de alinhamento que são os
466 municípios que devem definir onde aplicar o recurso pactuado, de acordo com seu
467 plano de trabalho. Essa é uma discussão entre os municípios, o Estado é favorável que
468 os municípios tenham liberdade e autonomia para escolher onde aplicar o recurso,
469 essa não é atribuição do Estado. Sr. Wilson pergunta a respeito da pactuação dos
470 recursos de um determinado valor e o próprio município poderia decidir em qual
471 proteção colocará o recurso? Afirma que se funcionar assim, seria ótimo, acredita que
472 para o Coegemas não haverá nenhum tipo de reprovação. Sr. Magno afirma que não
473 poderia ser assim, que para isso o Governador teria que alterar a LOA Estadual. E se
474 alterasse, deveria ter sido feito no ano passado para ter validade para esse ano. Por
475 isso afirmou que explicou na reunião do período matutino, que fazer a alteração dentro
476 do próprio município seria mais fácil, junto com os vereadores dos próprios municípios.
477 Afirma que o Estado não pode disponibilizar o recurso para a Proteção Social Básica e
478 o município utilizar o recurso na Proteção Especial. Sr. Magno reafirma a solicitação de
479 que o Estado apresente um cronograma claro dos valores a serem pactuados, para que
480 em março com o apoio da câmara técnica da CIB, ser realizada uma avaliação para
481 ficar claro para os gestores, o que se pode ou não pactuar. O estudo da Câmara
482 Técnica deve ser no sentido de solucionar dúvidas como: se pode pactuar por etapas?
483 Qual será o valor, qual valor já disponível? O município pode aplicar o recurso onde
484 definir, ele tem essa autonomia? Solicita no mínimo uma pactuação em março. A
485 Secretária M^a Elisa afirma que o Estado está se preparando para essa pactuação em
486 março. Agradece a mesa, pois esta reunião foi de diálogo, de respeito e até as críticas
487 foram feitas com muito respeito. Com relação as Emendas da ALESC, pede calma para
488 que seja esclarecido o que está ocorrendo, afirma que terá reunião com a Secretaria da
489 Fazenda para verificar as dúvidas. Hoje o valor do recurso para pactuação é o que está
490 no sistema e essa é a realidade. Luciane cita como último informe que foi enviado aos
491 municípios a Orientação Conjunta a respeito da Escuta Especializada. Sra. Eunice de
492 Blumenau solicitou a Câmara Técnica da CIB se é possível esclarecer alguns pontos a

493 respeito da Escuta Especializada, porque das orientações estão havendo diferentes
494 interpretações. Secretaria M^a Elisa sugere que o próprio grupo de trabalho, que
495 elaborou a Orientação Conjunta, esclareça as dúvidas, pois entende que eles sejam as
496 pessoas mais qualificadas para tratar do assunto. **6 ° Encerramento:** Sr. Magno
497 agradeceu a tarde de trabalho, a permanência até o final, tanto quanto no período
498 matutino, afirma que há diferentes entendimentos e opiniões à respeito dos assuntos
499 tratados, mais isso que é o crescimento e a riqueza das reuniões, para o crescimento
500 da política pública. Solicita ao Estado para que tenha agilidade em solucionar alguns
501 temas tratados nessa reunião. Agradece a todos e convida para a próxima CIB em
502 Jaraguá do Sul no dia 12/03/2020. A Coordenadora e Secretária M^a Elisa encerra a
503 001^a Reunião Plenária Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência
504 Social de Santa Catarina agradecendo ao município de Criciúma por receber a CIB.
505 Agradece a todos, diz que foi uma excelente reunião, em que não se falou somente de
506 recursos, mas também da Política Pública da Assistência Social e que esse fato é
507 muito importante. Afirma que ao participar das reuniões da CIB, sente-se mais
508 fortalecida, pois sabe que o Estado e os municípios têm avançado nas discussões e
509 que a parceria está sendo muito rica e isso é muito importante. Desta forma, só tem a
510 agradecer, pois há um crescimento conjunto e a união de todos. Afirma que pode ser
511 muito verdadeira mesmo que não seja portadora somente de notícias positivas, pois
512 não é candidata e não tem cunho político em sua gestão, e que nunca será
513 irresponsável, diz que sempre estará buscando o melhor e sempre terá o compromisso
514 de ser muito transparente. Informou também que todas as pessoas que agendaram
515 reuniões com a mesma, foram atendidas. Estão todos convidados, sempre que forem
516 a Florianópolis, irem visitar a SDS. Finaliza a reunião, agradecendo a mesa e a todos
517 presentes e deseja boa viagem. Nada mais havendo a tratar, eu Maíra Ribeiro Melo –
518 Secretária Executiva da CIB AS SC, lavrei a presente Ata, cuja gravação encontra-se
519 nos arquivos da Secretaria Executiva da CIB-AS-SC.